✉ abcc@abcc.co.mz

☎ +258 843894872 / + 258 823065482

📍 Av. Keneth Kaunda, 660
Maputo, Moçambique

Decreto- Lei n.º 1/2024 de 08 de Março

Regulamento do Registo de Entidades Legais

Foi recentemente publicado o Decreto-Lei n.º 1/2024 de 08 de Março, que aprova o Regulamento do Registo das Entidades Legais (doravante "Novo Regulamento") e revoga o Decreto n.º 1/2006, de 3 de Maio (doravante "Antigo Regulamento"), com excepção do artigo 1.º, que cria o Registo de Entidades Legais. Tornou-se necessário rever o Antigo Regulamento por forma a conformar algumas das suas disposições legais com o Regime Jurídico e as Medidas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa, aprovado pela Lei n.º 14/2023 de 28 de Agosto e alterado pela Lei n.º 3/2024 de 22 de Março e com o Código Comercial, aprovado pelo Decreto- Lei n.º 1/2022 de 25 de Maio ("Código Comercial"). É de se destacar a identificação do beneficiário efectivo, nos termos dos artigos: 11 al. e); 12 al. v); 13 al. f); 14; 15; 16, 17 e 18 do Novo Regulamento, como consequência da aprovação da figura pelo Código Comercial no seu artigo 99.º, segundo o qual todas as entidades legais devem manter, em modelo apropriado, a informação actualizada relativa à identificação do beneficiário efectivo, através de documentos conformativos da sua identidade. Nos termos do Novo Regulamento, a declaração do beneficiário efectivo deve ser feita na Conservatória do Registo das Entidades Legais de forma remota no portal de submissão dos processos (link: <https://www.utente.srn.gov.mz/utente/>) ou presencialmente.

Para além dos aspectos que identifiquem a entidade legal, a declaração deve conter, para cada beneficiário efectivo pelo menos as seguintes informações:

- a) nome completo;
- b) data de nascimento;
- c) documento de identificação válido;
- d) domicílio habitual, profissional e fiscal;
- e) nacionalidade;
- f) número de identificação tributária;
- g) número do telemóvel;
- h) percentagem que controla;
- i) tipo de controlo que exerce;
- j) descrição detalhada da forma como controla;
- k) a data em que se tornou beneficiário efectivo da entidade; e
- l) documentos que suportam a qualidade de beneficiário efectivo.

As entidades legais são obrigadas a apresentar as declarações actualizadas da lista dos seus beneficiários efectivos: (i) até 90 dias após a publicação do presente Regulamento; (ii) no actoconstitutivo; (iii) anualmente no mês da constituição; e (iv) até 30 dias após qualquer alteração.

Em caso de incumprimento dos prazos ou prestação de informações falsas as sociedades comerciais serão impedidas de realizar outros procedimentos junto da Conservatória do Registo das Entidades Legais, nomeadamente quaisquer outros actos sujeitos a registo e estarão sujeitas a multas, conforme estabelecido na Tabela Emolumentar do Registo das Entidades Legal, sem prejuízo de outras sanções legalmente previstas.

Para mais informações contactar:

pcenteio@abcc.co.mz/aduarte@abcc.co.mz